

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA

PROCESSO SELETIVO INTERNO
INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE 3º SARGENTO PM DO QUADRO DE PRAÇAS
COMBATENTES POLICIAIS MILITARES – CFS QPC PM
HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DE CARGO E
FUNÇÕES DE 3º SARGENTO PM NA POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA – EDITAL Nº 001/2026

NÍVEL SUPERIOR

01101 – SARGENTO QPC PM - GERAL – TIPO B

Frase: **Boa conduta preserva a confiança.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **80 (oitenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.

 TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova** e no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova** e o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 5.

A semente da verdade

Havia um imperador na China que não tinha filhos nem parentes próximos. Como necessitava de um sucessor, decidiu chamar todas as crianças do reino. Thai foi uma delas. Era um ótimo menino, que se dedicava ao jardim de sua casa; cada planta tocada por ele crescia viçosa e forte. No dia marcado, dirigiu-se até o palácio, onde havia milhares de pequenos súditos. O imperador disse:

— Crianças, preciso escolher o meu sucessor entre vocês. Vou lhes dar uma tarefa. Aqui estão algumas sementes; quero que vocês as cultivem. O trono será daquele que me trouxer, daqui a um ano, a planta mais bonita.

Thai era um excelente jardineiro e, com certeza, faria muito bem o que o imperador pedira. Porém, por mais que se esforçasse, a semente não brotava. O menino fez tudo o que podia, mas seus esforços não adiantaram. Até o dia de apresentar a planta ao imperador, a semente de Thai não havia brotado, e o menino estava tão preocupado que não queria enfrentar as outras crianças; porém, seu avô disse:

— Você é honesto. Vá até o imperador e diga a verdade. Sua dedicação foi máxima, mas a semente não brotou. Não se envergonhe. Apenas explique o que você fez, pois devemos sempre agir com honestidade, buscando a felicidade, sem que a nossa alegria faça alguém infeliz.

Thai obedeceu ao avô e foi ao palácio. Entretanto, ao chegar lá, ficou assustado, pois era a única criança que não levava consigo uma belíssima planta. O imperador chamava as crianças e examinava os vasos, mas não sorria nem esboçava contentamento. Thai estava muito nervoso, pois se o imperador não havia até então aprovado aquelas plantas maravilhosas, o que não diria de seu vaso sem nada? Thai foi ficando para trás e, quando se deu conta, era o último da fila. Mas sua vez chegou, e ele não poderia mais adiar o encontro com o imperador.

— Vejamos, meu jovem, o que tem aí para mim.

Thai não pôde mais evitar as lágrimas. Com a cabeça baixa, mostrou o vaso com terra ao imperador e disse:

— Senhor, sou um jardineiro e uma de minhas virtudes é a perseverança, mas por mais que eu tenha me esforçado, a semente não brotou. Meu avô ajudou-me a pensar sobre o que fazer e optei por dizer a verdade, contar meu esforço e pedir-lhe perdão.

O imperador encarou o menino e, diante da multidão, declarou:

— Não se envergonhe, criança, você fez o certo. A sua grande virtude foi dizer a verdade, pois eu havia queimado todas as sementes e nenhuma poderia germinar. Portanto, você foi o único que, de fato, plantou a semente da verdade. Você será o meu sucessor.

SECCO, Patrícia Engel. *A semente da verdade*. Adaptação de conto folclórico oriental. São Paulo: Editora DPaschoal, 2002 (Adaptado).

1. A progressão narrativa e as interações verbais estabelecidas entre os personagens estruturam o sentido global do texto. Tendo por base o exposto, marque o item que informa a correta caracterização do conflito central e de sua resolução no conto.

- (A) A instabilidade do enredo decorre da frustração do monarca com a infertilidade natural das terras do reino, o que o leva a instituir um teste de paciência que é superado pelo candidato que manteve o vaso sem cultivo.
- (B) O núcleo da crise narrativa reside no antagonismo entre a expectativa de produtividade material gerada pelo soberano e o princípio da idoneidade moral defendido pelo ambiente familiar, cuja resolução se dá pelo reconhecimento régio de que a lisura procedimental sobrepuja o resultado prático esperado.
- (C) O nó dramático desenvolve-se a partir da incapacidade técnica do protagonista face aos demais concorrentes do reino, culminando em um desfecho em que a clemência do monarca recompensa o sofrimento psicológico da infância em detrimento da habilidade agrícola demonstrada pelos outros súditos.
- (D) O conflito instaura-se com a rebeldia do jovem jardineiro em aceitar as determinações imperiais de cultivo, alcançando a solução quando o conselho ancião intervém para obrigar o comparecimento do personagem ao palácio, salvaguardando a honra dinástica.
- (E) A tensão textual sustenta-se na disputa geopolítica por um trono desprovido de herdeiros legítimos, sendo dirimida no momento em que o imperador desmascara a falsificação generalizada promovida pelos familiares das crianças da China.

2. A macroestrutura de um texto é definida pela predominância de determinados arranjos sequenciais que determinam sua função discursiva. Diante desse conceito, avalie o arranjo das sequências linguísticas no texto e identifique a alternativa que designa sua correta classificação e organização interna.

- (A) Consiste em um texto injuntivo-instrucional, estruturado metodologicamente para prescrever ao leitor o passo a passo sobre como cultivar espécimes vegetais raros em vasos de terra em situações de estresse climático.
- (B) Trata-se de um texto puramente descritivo, visto que a ordenação dos enunciados organiza-se em torno de propriedades espaciais e estáticas da corte chinesa, sem que haja transformação de estado ou progressão temporal entre as ações dos personagens.
- (C) Classifica-se como um texto predominantemente narrativo, estruturado sobre uma cadeia de ações temporalmente localizadas, no qual as sequências dialogais e os elementos injuntivos do discurso real submetem-se à progressão de um evento que altera a situação inicial dos personagens.
- (D) Configura-se como um ensaio essencialmente argumentativo, em que a defesa conceitual da virtude da perseverança se desenvolve por meio de dados estatísticos e silogismos jurídicos apresentados pelo narrador em terceira pessoa.
- (E) Define-se como um texto expositivo-explicativo, cujo objetivo central é a transmissão de conhecimentos técnicos sobre a botânica imperial e as metodologias de queima de sementes para controle de pragas no oriente antigo.

3. A ortografia da língua portuguesa mantém relações sistemáticas entre palavras pertencentes a uma mesma família lexical. Considerando os vocábulos empregados no texto e seus respectivos derivados ou cognatos, assinale a alternativa em que ambas as correlações ortográficas estão corretamente estabelecidas.

- (A) esforçado → esforço; perseverança → perseverar.
- (B) próximo → proximidade; trazer → trouxesse.
- (C) necessitava → necessidade; felicidade → felizmente.
- (D) examinava → ezame; germinar → germinação.
- (E) sucessor → suceção; virtude → virtuosidade.

4. A acentuação gráfica decorre da interação entre tonicidade e estrutura silábica dos vocábulos. Considerando exclusivamente palavras presentes no texto, assinale a alternativa em que os dois vocábulos são acentuados pela mesma regra.

- (A) imperador e perseverança.
- (B) avô e China.
- (C) palácio e único.
- (D) até e você.
- (E) lágrimas e magnífica.

5. A classificação das palavras depende simultaneamente de propriedades morfológicas e da função que desempenham no contexto em que aparecem. Considerando os diferentes empregos do vocábulo “que” presentes no texto, indique a alternativa correta.

- (A) Em “você foi o único que, de fato, plantou a semente da verdade”, o termo funciona como conjunção subordinativa integrante associada ao predicativo do sujeito.
- (B) Em “Havia um imperador na China que não tinha filhos nem parentes próximos”, o termo “que” introduz oração subordinada substantiva completiva nominal.
- (C) Em “quero que vocês as cultivem”, a palavra desempenha função de pronome relativo e retoma semanticamente o substantivo sementes.
- (D) Em “o menino estava tão preocupado que não queria enfrentar as outras crianças”, o vocábulo estabelece relação consecutiva entre duas orações.
- (E) Em “o que não diria de seu vaso sem nada”, o vocábulo exerce função de conjunção integrante, introduzindo oração objetiva direta.

- Texto para as questões de 6 a 10.

MOTOCICLISTA
Ashley Fiolek

Uma garotinha estava brincando na cozinha quando algumas panelas caíram da mesa fazendo um barulhão. Ashley nem se virou. Sua mãe e seu pai decidiram testar a audição dela. Quando os resultados voltaram, descobriram que a filhinha deles era surda.

Aprenderam a linguagem de sinais e mandaram Ashley para um acampamento com outras crianças surdas para que ela pudesse aprender com eles e desenvolvesse autoconfiança.

O pai e o avô de Ashley amavam motocicletas e deram para ela uma motinho para crianças quando ela fez três anos. Os três iam para a floresta, cada um com sua própria moto. Ashley adorava esses passeios e começou a sonhar em se tornar uma motociclista profissional.

A maioria das pessoas dizia para ela que isso era impossível. “A audição é muito importante para o motociclismo”, explicavam. “O som do motor diz quando você deve trocar as marchas. Você tem que ser capaz de ouvir onde os outros pilotos estão.”

Mas Ashley podia sentir pela vibração do motor o momento de trocar as marchas. Prestava atenção às sombras no canto dos olhos e sabia quando alguém estava se aproximando.

Em cinco anos, ela ganhou quatro títulos nacionais. Ela caiu, sim, muitas vezes!

Quebrou o braço esquerdo, o pulso direito, o tornozelo direito, a clavícula (três vezes) e os dois dentes da frente, mas sempre se recuperou e voltou para a moto.

Ashley tem uma caminhonete na garagem. No para-choque, colou um adesivo que diz: “Buzine o quanto quiser, sou surda!”.

NASCIDA EM 22 DE OUTUBRO DE 1990
ESTADOS UNIDOS

FAVILLI, E.; CAVALLLO, F. *Histórias de ninar para garotas rebeldes: 100 fábulas sobre mulheres extraordinárias*. São Paulo: Vergara & Riba Editora, 2017.

6. A construção dos sentidos em um texto depende, entre outros fatores, das relações sintáticas estabelecidas entre verbos, nomes e complementos. Considerando os enunciados elaborados a partir do texto, assinale a alternativa em que o emprego do sinal indicativo de crase está plenamente adequado à norma-padrão.

- (A) Ashley retornava à floresta com entusiasmo para aperfeiçoar suas habilidades desde a infância.
- (B) Ashley dedicou-se à aprender estratégias que compensassem a ausência da audição durante as competições.
- (C) A motociclista demonstrou à muitos críticos que sua condição não a impediria de alcançar resultados expressivos.
- (D) Sua trajetória serviu de inspiração à quem acreditava que determinadas limitações inviabilizavam o sucesso esportivo.
- (E) A família conduziu Ashley à uma experiência de formação marcada pela convivência com outras crianças surdas.

7. Observe o período: “Mas Ashley podia sentir pela vibração do motor o momento de trocar as marchas.” Tendo em vista a estrutura sintática do enunciado e as relações de subordinação estabelecidas entre seus constituintes, indique a alternativa correta.

- (A) A estrutura sintática analisada configura um caso típico de predicado verbo-nominal composto por aposto.
- (B) A expressão “pela vibração do motor” funciona como objeto indireto, atendendo à regência do verbo principal.
- (C) A oração “de trocar as marchas” classifica-se como subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo.
- (D) O termo “o momento” desempenha a função sintática de predicativo do sujeito, modificando o agente da ação.
- (E) O segmento “o momento de trocar as marchas” atua como objeto direto da locução verbal transitiva integrada no período.

8. Considere o seguinte trecho adaptado do texto: “Quebrou o braço esquerdo, o pulso direito, o tornozelo direito, a clavícula e os dois dentes da frente, mas sempre se recuperou e voltou para a moto.” A respeito dos sinais de pontuação empregados e de seus efeitos sintático-discursivos, é correto afirmar que:

- (A) A pontuação empregada revela um processo de enumeração explicativa associado a apostos especificativos.
- (B) As vírgulas isolam orações coordenadas assindéticas que mantêm independência sintática em relação ao verbo inicial.
- (C) A vírgula anterior à conjunção “mas” poderia ser suprimida sem alteração da organização sintática do período.
- (D) As vírgulas separam elementos coordenados que desempenham a mesma função sintática, enquanto a vírgula anterior a “mas” marca a passagem para uma relação adversativa.
- (E) O emprego das vírgulas decorre da intercalação de adjuntos adverbiais deslocados no interior do período.

9. Considere a seguinte reescrita, baseada no texto: “Grande parte das pessoas dizia que aquelas conquistas eram impossíveis.” À luz das normas de concordância nominal e verbal da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) O período rejeita a concordância no singular por apresentar um sujeito coletivo determinado pelo especificador.
- (B) O verbo deveria obrigatoriamente flexionar-se no plural para concordar com o substantivo “pessoas”.
- (C) A forma verbal “dizia” concorda legitimamente com o núcleo da expressão partitiva “grande parte”, mantendo-se adequada à norma-padrão.
- (D) A concordância observada configura erro, pois expressões partitivas exigem dupla concordância simultânea.
- (E) O adjetivo “impossíveis” deveria permanecer no singular por concordar semanticamente com a palavra parte.

10. A construção dos sentidos do texto envolve relações de dependência sintática determinadas pela regência dos verbos e dos nomes. Com base na norma-padrão da língua portuguesa, marque a alternativa correta.

- (A) Em “Ela visava o aperfeiçoamento técnico”, o verbo “visar”, empregado com sentido de objetivo pretendido, exige objeto direto.
- (B) No período “Ashley aspirava ao reconhecimento profissional”, a preposição exigida decorre da regência do verbo “aspirar” empregado no sentido de almejar.
- (C) Em “Ashley assistia os campeonatos nacionais”, o verbo “assistir”, no sentido de presenciar, apresenta regência idêntica à observada em “assistir alguém”.
- (D) Em “Ashley obedecia as orientações dos treinadores”, a ausência de preposição decorre da transitividade direta do verbo “obedecer”.
- (E) Na construção “Ela preferia competir do que desistir”, a regência verbal encontra-se plenamente adequada à norma-padrão.

• **Texto para as questões de 11 a 15.**

DESAFIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA E A NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

A segurança pública ocupa posição central nos debates contemporâneos sobre democracia, cidadania e governabilidade. Em um contexto marcado pela expansão das organizações criminosas e pela crescente sensação de insegurança da população, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de construção de políticas públicas capazes de articular diferentes níveis de governo e instituições estatais. Nesse cenário, o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública surge como uma proposta voltada à ampliação da coordenação entre os diversos órgãos responsáveis pela prevenção e repressão da criminalidade.

Entre os principais desafios enfrentados pelo país encontra-se a dificuldade histórica de integração entre União, estados e municípios. Embora as competências de cada ente federativo estejam definidas constitucionalmente, a fragmentação de informações, estratégias e procedimentos frequentemente compromete a eficiência das ações de segurança. Por essa razão, especialistas têm defendido mecanismos que permitam maior cooperação institucional sem que sejam desconsideradas as autonomias administrativas previstas no pacto federativo.

Outro aspecto relevante refere-se ao enfrentamento do crime organizado, fenômeno que ultrapassa fronteiras estaduais e nacionais. O tráfico de drogas, o contrabando, a lavagem de dinheiro e outras modalidades criminosas estruturam-se em redes complexas que exigem respostas igualmente articuladas. Nesse contexto, diversos especialistas têm argumentado que a troca permanente de informações entre forças policiais, órgãos de inteligência e instituições de controle constitui um dos caminhos mais promissores para ampliar a capacidade investigativa do Estado.

Paralelamente às medidas operacionais, o debate sobre segurança pública também envolve a preservação dos princípios democráticos e dos direitos fundamentais. Muitos estudiosos têm advertido que o combate à criminalidade não pode ser conduzido de forma dissociada das garantias constitucionais, sob pena de enfraquecimento das próprias bases do Estado Democrático de Direito. Assim, a busca por eficiência deve ser acompanhada de mecanismos de controle, transparência e respeito aos direitos humanos.

Diante desse panorama, a consolidação de uma política nacional de segurança pública dependerá da capacidade de integração entre instituições, da cooperação entre os entes federativos e do compromisso permanente com os valores democráticos. Mais do que ampliar estruturas administrativas, o desafio consiste em construir estratégias duradouras que articulem prevenção, inteligência e repressão qualificada, fortalecendo a confiança social e contribuindo para a redução sustentável da criminalidade.

11. Considerando os sentidos assumidos pelos vocábulos no contexto discursivo em que foram empregados, assinale a alternativa que apresenta interpretação semanticamente compatível com o texto.

- (A) No quinto parágrafo, a expressão “repressão qualificada” designa a aplicação de medidas punitivas severas de natureza eminentemente penal.
- (B) No segundo parágrafo, o termo “fragmentação” é empregado para designar a desarticulação ou dispersão de informações e procedimentos, constituindo um fator que compromete a eficiência das ações de segurança pública.
- (C) No terceiro parágrafo, o vocábulo “fenômeno” corresponde a um acontecimento fortuito e imprevisível, decorrente da ausência de um padrão estrutural de organização social.
- (D) No quarto parágrafo, a palavra “preservação” assume o sentido de manutenção rigorosa de procedimentos operacionais consolidados pela tradição burocrática.
- (E) No primeiro parágrafo, o termo “fortalecimento” equivale à substituição integral dos órgãos de segurança já existentes por novas agências centrais.

12. No trecho: “Muitos estudiosos têm advertido que o combate à criminalidade não pode ser conduzido de forma dissociada das garantias constitucionais”, a locução verbal estabelece determinado efeito temporal e aspectual. Com base na norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) A locução verbal constitui exemplo de pretérito perfeito composto do indicativo, indicando ação iniciada anteriormente e que se prolonga até o momento da enunciação.
- (B) A construção verbal expressa uma ação concluída em momento delimitado do passado, sem prolongamento ou reflexo no presente.
- (C) A forma verbal corresponde ao futuro composto do indicativo e projeta uma ação prevista para um momento posterior ao da fala.
- (D) O emprego do auxiliar associado ao particípio produz um efeito de hipótese dependente de condição ainda não realizada no espaço textual.
- (E) A construção verbal indica ação anterior a outra igualmente situada no passado, configurando valor de anterioridade retrospectiva.

13. Considerando os princípios da norma-padrão relativos à concordância e à regência nominal e verbal, assinale a alternativa inteiramente correta.

- (A) Houveram debates relevantes acerca das políticas públicas voltadas à integração institucional.
- (B) A capacidade investigativa e o conjunto de estratégias articuladas mostrou-se eficazes no enfrentamento ao crime organizado.
- (C) As diretrizes nacionais de segurança pública implicam em novos mecanismos de controle e fiscalização externa.
- (D) A integração entre órgãos policiais e instituições de inteligência revelou-se necessária ao fortalecimento das ações estatais.
- (E) Fazem muitos anos que especialistas defendem medidas destinadas ao combate da criminalidade organizada.

14. Assinale a alternativa em que o emprego do sinal indicativo de crase está plenamente de acordo com a regência do termo antecedente e com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os pesquisadores chegaram à Brasília para discutir estratégias de enfrentamento ao crime organizado.
- (B) O secretário fez referência à políticas destinadas ao fortalecimento da cooperação institucional.
- (C) Os especialistas manifestaram-se favoráveis à uma ampliação dos mecanismos de integração federativa.
- (D) O debate foi conduzido à partir de dados produzidos pelos órgãos de inteligência.
- (E) As propostas apresentadas destinam-se à articulação permanente entre os diversos entes responsáveis pela segurança pública.

15. A construção da progressão temática constitui elemento fundamental para a organização textual. Considerando as estratégias de coesão e coerência empregadas no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto organiza-se por meio de uma progressão temática linear estrita, na qual o tema de uma oração transforma-se invariavelmente no tema do enunciado subsequente.
- (B) O quinto parágrafo funciona como uma digressão temática, interrompendo o fluxo argumentativo construído nos parágrafos anteriores para introduzir uma nova premissa conceitual.
- (C) O desenvolvimento textual articula progressivamente os conceitos de integração institucional, combate ao crime organizado e preservação democrática, retomando e ampliando referentes anteriormente introduzidos.
- (D) A progressão temática desenvolve-se por meio de uma estrutura justaposta de dados, cujos parágrafos operam de forma isolada e sem dependência semântica recíproca.
- (E) Os conectores argumentativos empregados nas transições dos parágrafos assinalam rupturas de perspectiva teórica na análise da segurança pública.

Legislação Extravagante

16. Na aquisição de materiais básicos de limpeza para a Polícia Militar de Roraima, foram detectadas diversas irregularidades que levaram à responsabilização de dois sargentos pela prática de improbidade administrativa. O sargento Paulo virou réu por ter facilitado a aquisição de bens por preço superior ao de mercado, e o sargento Vicente por ter negado publicidade a todos os atos oficiais relativos à aquisição feita pela Polícia Militar de Roraima. Acerca da situação em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) Os sargentos Paulo e Vicente, se condenados, receberão a mesma pena de pagamento de multa civil equivalente ao valor do prejuízo ao erário.
- (B) Se condenados, os sargentos Paulo e Vicente sofrerão a mesma pena de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente aos respectivos patrimônios, mas não lhes será decretada a suspensão dos direitos políticos.
- (C) Em sendo condenado, o sargento Vicente poderá receber a pena de suspensão dos direitos políticos, mas não lhe será decretada a perda da função pública.
- (D) O sargento Vicente será inocentado tendo em vista que não configura improbidade administrativa a conduta de negar publicidade a atos oficiais.
- (E) Uma vez condenado, o sargento Paulo poderá receber a pena de perda da função pública cumulativamente com a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância.

17. Concebida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um marco histórico na internacionalização da proteção dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinale a alternativa correta.

- (A) A DUDH não só serviu de inspiração para a nova ordem constitucional brasileira como goza de status de emenda constitucional devidamente promulgada pelo Presidente da República.
- (B) A DUDH não foi ratificada formalmente pela República Federativa do Brasil em termos de tratado internacional.
- (C) A DUDH possui enorme relevância política para as nações, mas é desprovida de força jurídica ou normativa, dado o seu caráter opinativo e programático.
- (D) A República Federativa do Brasil, ainda não integrante do sistema das Organizações das Nações Unidas, tem imunidade total quanto à incidência e aos efeitos da DUDH.
- (E) Por ser uma declaração adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, a DUDH criou um mecanismo vinculante e obrigatório de responsabilização de todas as nações, inclusive a brasileira, bem como de seus respectivos representantes políticos.

18. A Lei nº 9.099/1995 instituiu os juizados especiais criminais com foco na celeridade e na busca, sempre que possível, da conciliação ou transação no âmbito das infrações penais de menor potencial ofensivo. Quanto à composição, a referida lei estabeleceu que o Juizado Especial Criminal será provido por:

- (A) Juízes togados e defensores públicos ou dativos.
- (B) Juízes togados ou leigos e promotores de justiça.
- (C) Juízes togados, juízes leigos, promotores de justiça e defensores públicos.
- (D) Juízes togados ou juízes togados e leigos.
- (E) Juízes togados e leigos, promotores de justiça e defensores dativos.

19. Na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei Federal nº 13.709), a proteção de dados pessoais tem como um dos fundamentos a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem. Para a LGPD, consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre:

- (A) No momento da coleta.
- (B) Na fase de arquivamento.
- (C) No momento do consentimento.
- (D) Na fase de anonimização.
- (E) No momento da violação.

20. O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) prevê que a fiscalização feita pelas autoridades de trânsito e por seus agentes tem por objetivo prioritário a proteção à vida e à incolumidade física das pessoas. Ao flagrar um condutor de veículo gerando perigo de dano onde há grande concentração de pessoas, o policial deverá agir corretamente da seguinte forma:

- (A) Efetuar a prisão em flagrante do condutor do veículo por crime de trânsito sujeito a pena de reclusão.
- (B) Efetuar a prisão em flagrante do condutor do veículo pela prática de contravenção penal sujeita a prisão simples.
- (C) Efetuar a prisão em flagrante do condutor do veículo por crime de trânsito sujeito a pena de detenção.
- (D) Encaminhar o condutor do veículo, sem efetuar a prisão em flagrante, à autoridade policial responsável pela abertura do inquérito policial.
- (E) Efetuar a prisão em flagrante do condutor do veículo pela prática de contravenção penal sujeita a prisão simples e multa.

21. Com foco na repressão penal no âmbito das relações familiares, a Lei nº 8.072/1990 foi alterada para classificar como hedionda a conduta de *“Matar descendente, ascendente, dependente, enteado ou pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher, com o fim específico de causar-lhe sofrimento, punição ou controle, no contexto de violência doméstica e familiar”*. No caso, está sendo considerado como hediondo o crime de:

- (A) Filicídio.
- (B) Infanticídio.
- (C) Vicaricídio.
- (D) Fratricídio.
- (E) Parricídio.

22. No curso de investigação policial do crime de extorsão praticado contra o presidente da comissão de formatura de estudantes de direito da Faculdade Bom Jesus, o delegado representou pela prisão temporária de Maria das Dores, organizadora de eventos, alegando que sua liberdade dificultaria a coleta de provas e seria imprescindível para as investigações do inquérito policial. O juiz deferiu a prisão temporária pelo prazo legal. Com base na Lei nº 7.960/1989, indique a alternativa correta.

- (A) A prisão temporária de Maria das Dores foi ilegal, pois inexistia previsão legal para o seu cabimento quanto ao crime de extorsão.
- (B) O dia do cumprimento do mandado de prisão de Maria das Dores está incluído no cômputo do prazo da sua prisão temporária.
- (C) Ao delegado é permitido executar a prisão temporária de Maria das Dores antes da expedição de mandado judicial, desde que já tenha ciência, formal ou informalmente, de que o juiz deferiu a medida prisional.
- (D) Para ser cabível a prisão temporária de Maria das Dores, ela deveria ter praticado crime de extorsão em concurso com algum crime contra o sistema financeiro nacional.
- (E) Diferentemente do crime de extorsão, é cabível a prisão temporária para o crime de extorsão mediante sequestro, o que, no caso, demandaria que tivesse ocorrido a privação de liberdade do presidente da comissão de formatura de estudantes de direito da Faculdade Bom Jesus.

23. O crime de tortura, previsto na Lei nº 9.455/1997, não exige que o autor seja agente público, ou seja, qualquer pessoa pode praticá-lo, sendo responsabilizada penalmente. No entanto, a condição de agente público, quando presente, pode gerar consequências específicas, como:

- (A) A perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (B) O aumento da pena de um terço a dois terços.
- (C) A imprescritibilidade e a inafiançabilidade do crime de tortura.
- (D) A pena de reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.
- (E) A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da gravidade do fato, é ineficaz para reparar o sofrimento moral da vítima.

24. A política criminal prevista no Sisnad (Lei de Drogas) está fundada na prevenção do uso indevido de drogas e na atenção e reinserção social de usuários e dependentes, mas sem deixar de lado o foco no combate policial ao plantio, à colheita e à exploração não autorizada de drogas para fins de tráfico ilícito em território nacional ou internacional. De acordo com a Lei de Drogas, o Sisnad atuará em articulação com:

- (A) O Sistema Único de Saúde e com o Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- (B) O Sistema Nacional do Meio Ambiente, com o Sistema Nacional de Armas, com o Sistema Único de Assistência Social e com o Sistema Único de Saúde.
- (C) O Sistema Único de Saúde, com o Sistema Nacional do Meio Ambiente e com o Sistema Nacional de Armas.
- (D) O Sistema Único de Saúde, Sistema Nacional de Armas e com o Sistema Único de Assistência Social.
- (E) O Sistema Único de Saúde e com o Sistema Único de Assistência Social.

25. A Lei nº 13.869/2019 buscou levar a repressão criminal a diversas situações nas quais o abuso de autoridade praticado por agentes públicos, embora grave, tornava-se aceito ou tolerável. Muitas vezes, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado era impedida sem qualquer justa causa, violando direitos ou garantias fundamentais. Da mesma forma, a Lei nº 13.869/2019 trouxe que pratica crime de abuso de autoridade, em tese, quem cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar:

- (A) Após as 20h (vinte horas) ou antes das 5h (cinco horas).
- (B) Após as 19h (dezenove horas) ou antes das 6h (seis horas).
- (C) Após as 18h (dezoito horas) ou antes das 5h (cinco horas).
- (D) Após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas).
- (E) Após as 22h (vinte e duas horas) ou antes das 6h (seis horas).

Conhecimento de Legislação: Noções de Direito Penal

26. Com a promulgação da Lei nº 14.994/2024, o feminicídio deixou de ser circunstância qualificadora do crime de homicídio e passou a ser tratado como crime autônomo no Código Penal (previsto agora no Art. 121-A). À luz das causas de aumento de pena previstas no § 2º desse dispositivo legal, a pena será majorada de um terço até a metade se o crime for praticado:

- (A) Nos 6 (seis) meses posteriores ao parto, ou se a vítima é a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa idosa.
- (B) Na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
- (C) Durante a gestação ou nos 6 (seis) meses posteriores ao parto, estendendo-se a majorante se a ofendida for economicamente dependente do agressor.
- (D) Contra pessoa menor de 16 (dezesesseis) anos ou maior de 65 (sessenta e cinco) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental.
- (E) Contra cônjuge, companheiro, irmão ou qualquer parente colateral de quarto grau.

27. O Art. 218-C do Código Penal brasileiro tipifica o crime de divulgação de cena de estupro, de cena de sexo ou de pornografia. Consoante o §2º do referido artigo, não há crime quando o agente pratica as condutas descritas no caput em publicação de natureza:

- (A) Jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos.
- (B) Jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, sem necessidade de sua prévia autorização.
- (C) Artística, recreativa, política ou informativa com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 16 (dezesesseis) anos.
- (D) Jornalística, científica, cultural ou acadêmica independentemente de recurso que impossibilite a identificação da vítima caso a cena já tenha sido previamente divulgada em redes sociais de acesso público, ressalvada sua prévia autorização, mesmo se menor de 18 (dezoito) anos.
- (E) Comercial, publicitária, empresarial ou midiática com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização por instrumento público.

28. O Código Penal brasileiro estabelece escusas absolutórias que geram a isenção de pena em crimes contra o patrimônio praticados no âmbito das relações familiares. Nos termos do art. 181 do referido diploma legal, é isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos no referido título em prejuízo:

- (A) De qualquer parente colateral até o terceiro grau que resida sob o mesmo teto do sujeito ativo.
- (B) Do cônjuge judicialmente separado.
- (C) De irmão, legítimo ou ilegítimo, ou de tio ou sobrinho com quem o agente coabite.
- (D) Do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, ou de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.
- (E) De tio ou sobrinho, independentemente de o agente coabitar ou não com a vítima.

29. O Código Penal brasileiro tipifica o crime de falso testemunho ou falsa perícia em seu art. 342, prevendo também hipóteses em que a conduta do agente é beneficiada por institutos de política criminal. Conforme as disposições expressas no referido artigo, o fato deixa de ser punível se o agente se retrata ou declara a verdade:

- (A) No prazo improrrogável de até 15 (quinze) dias úteis após a lavratura do termo de depoimento ou da entrega do laudo pericial.
- (B) Até o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida na ação penal que apura o crime de falso testemunho.
- (C) Antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito.
- (D) A qualquer tempo antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público no processo em que ocorreu o ilícito fático.
- (E) Antes da prolação do acórdão em segunda instância no tribunal onde tramita o recurso do processo principal.

30. O Código Penal brasileiro estabelece as circunstâncias atenuantes genéricas, as quais devem sempre ser consideradas pelo magistrado na segunda fase da dosimetria penal. Diante das normas expressas no art. 65, constitui uma circunstância que atenua a pena ter o agente:

- (A) Procurado, obrigatoriamente, logo após o crime, minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.
- (B) Cometido o crime sob coação a que não podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.
- (C) Menos de 21 (vinte e um) anos na data da sentença, ou mais de 60 (sessenta) anos na data do fato, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.
- (D) Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, que o provocou, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato de defesa da vítima.
- (E) Confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.

Conhecimento de Legislação: Noções de Direito Processual Penal

31. A partir das lições iniciais do Código de Processo Penal (Decreto-Lei Federal nº 3.689/41), a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. A competência definida em lei não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- (A) Cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias e ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.
- (B) Realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público e colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- (C) Fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos e apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (D) Representar acerca da prisão preventiva e determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- (E) Ouvir o ofendido e averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

32. Processualmente, ensina o Código de Processo Penal que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. Considerando apenas as disposições gerais sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será utilizada por decisão judicial, para novo processo que investigue sua produção, facultado às partes acompanhar o incidente.
- (B) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, obrigatório ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- (C) Considera-se fonte indispensável aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- (D) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- (E) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível poderá proferir a sentença ou acórdão informando da ilegitimidade alegada.

33. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio em etapas legalmente previstas em lei, sendo definido acondicionamento corretamente como:

- (A) Procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.
- (B) Ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
- (C) Procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.
- (D) Ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.
- (E) Procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente.

34. Define o Código de Processo Penal que as disposições gerais da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória trazem a chamada Prisão Especial. A prisão especial consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum. Assim, serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva:

- (A) Os cidadãos inscritos no “Livro de Mérito”; os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função; dentre outros enumerados no art. 295 do CPP.
- (B) Os delegados de polícia e os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos e inativos; os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de mesário, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função; dentre outros enumerados no art. 295 do CPP.
- (C) Os membros do Parlamento Nacional, do Conselho de Economia Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados; os diretores de autarquias federais; dentre outros enumerados no art. 295 do CPP.
- (D) Os escrivães e agentes de Polícia Federal e Civil dos estados; os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República; dentre outros enumerados no art. 295 do CPP.
- (E) Os praças das Forças Armadas e os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; os prefeitos municipais, os vereadores e os chefes de Polícia; dentre outros enumerados no art. 295 do CPP.

Conhecimento de Legislação: Noções de Direito Penal Militar

35. Sobre as penas principais do Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.001/69), definimos corretamente apenas o contido em:

- (A) A pena de morte é executada por fuzilamento. A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e se a pena é imposta em zona de operações de guerra, não pode ser executada senão depois de sete dias após a comunicação.
- (B) A pena privativa da liberdade por mais de 2 (dois) anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões, também, poderá gozar, desde que o condenado seja oficial.
- (C) A pena de reclusão ou de detenção até 2 (dois) anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida, quando não cabível a suspensão condicional, pela praça, em estabelecimento penal militar, onde ficará separada de presos que estejam cumprindo pena disciplinar ou pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos.
- (D) Computam-se na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, e o de internação em hospital ou manicômio, bem como o excesso de tempo, reconhecido em decisão judicial irrecorrível, no cumprimento da pena, por outro crime, desde que a decisão seja anterior ao crime de que se trata.
- (E) O mínimo da pena de reclusão é de dois anos, e o máximo de quarenta e cinco anos; o mínimo da pena de detenção é de dez dias, e o máximo de dez anos.

36. Legalmente, consideram-se crimes militares, em tempo de paz, dentre outros, os crimes de que trata o Código Penal Militar (CPM), quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial. Os crimes militares de que trata o art. 9º do CPM, incluídos os previstos na legislação penal, nos termos do inciso II do caput desse mesmo artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados:

- (A) Por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil.
- (B) Em atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal.
- (C) Em cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
- (D) Em ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, desde que beligerante.
- (E) Em lugar sujeito à administração militar, contra militar da ativa ou contra servidor público das instituições militares ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo.

37. Para que o crime impropriamente militar se configure, a conduta deve se enquadrar nas regras do artigo 9º, do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), independente da qualidade do agente, ainda que previsto só no CPM, em legislação penal comum ou em mais de um diploma legal distinto. A principal consequência prática é o julgamento: crimes que recebem essa classificação legal são de competência da Justiça Militar da União ou das Justiças Militares Estaduais, e não da Justiça Comum. A partir do conceito informado, podemos assinalar como crimes impropriamente militares os reunidos corretamente apenas em:

- (A) Turbação de objeto ou documento; Violência contra Inferior; e Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar.
- (B) Extorsão Indireta; Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra; e Organização de grupo para a prática de violência.
- (C) Penetração com o fim de espionagem; Desrespeito a símbolo nacional; e Cheque sem fundos.
- (D) Revelação de notícia, informação ou documento; Publicação ou crítica indevida; e Violação do dever funcional com o fim de lucro.
- (E) Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho de guerra; Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa; e Furto de Uso.

38. Define o Código Penal Militar que a Deserção se configura através da conduta de ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, caracterizando um dos principais e mais comentados exemplos de crimes propriamente militares. Na mesma pena incorre o militar que:

- (A) Consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.
- (B) Dar asilo a desertor, ou tomá-lo a seu serviço, ou proporcionar-lhe ou facilitar-lhe transporte ou meio de ocultação, sabendo ou tendo razão para saber que cometeu qualquer crime relacionado à Deserção.
- (C) Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo.
- (D) Tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de cinco dias.
- (E) Deixar de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber encontrar-se entre os seus comandados.

Conhecimento de Legislação: Noções de Direito Processual Penal Militar

39. Com base no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.002/69), definimos corretamente o inquérito policial militar (IPM) como a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. O IPM tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. Em sede de IPM, nos casos em que servidores das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares figurarem como investigados em inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas nos arts. 42 a 47 do Código Penal Militar, o indiciado poderá constituir defensor, acerca do que podemos assinalar corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) A indicação do profissional a que se refere o § 3º do art. 16-A independará de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado profissional que não integre os quadros próprios da Administração.
- (B) Havendo necessidade de indicação de defensor nos termos do § 2º do art. 16-A do CPPM, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.
- (C) Para os casos previstos no caput do art. 16-A, o investigado deverá ser notificado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação.
- (D) Esgotado o prazo disposto no § 1º do art. 16-A, com ausência de nomeação de defensor pelo investigado, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que esta, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, indique defensor para a representação do investigado.
- (E) As disposições constantes do art. 16-A não se aplicam aos servidores militares vinculados às instituições dispostas no art. 142 da Constituição Federal, mesmo que os fatos investigados digam respeito a missões para a Garantia da Lei e da Ordem.

40. Legalmente, sobre a menagem, medida assecuratória e preventiva que recai sobre pessoas prevista exclusivamente no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.002/69), está correto apenas o contido em:

- (A) Para a menagem em lugar sujeito à administração militar, será pedida informação, a respeito da sua conveniência, ao Comandante-Geral da força militar estadual.
- (B) A menagem cessa com a sentença condenatória, desde que tenha passado em julgado.
- (C) A menagem poderá ser concedida pelo Ministério Público, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- (D) Ao reincidente não se concederá menagem.
- (E) O Ministério Público será ouvido, previamente, sobre a concessão da menagem, devendo emitir parecer dentro do prazo de 8 (oito) dias.

41. Sobre a denúncia, assevera o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.002/69) o que corretamente afirma-se apenas em:

- (A) A extinção da punibilidade poderá ser reconhecida e declarada apenas depois de recebida a denúncia, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ouvido o Ministério Público, se deste não for o pedido.
- (B) A denúncia deverá ser oferecida, se o acusado estiver preso, dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquele fim; e, dentro do prazo de quinze dias, se o acusado estiver solto. O auditor deverá manifestar-se sobre a denúncia, dentro do prazo de vinte e um dias.
- (C) O prazo para o oferecimento da denúncia poderá, por despacho do juiz, ser prorrogado ao dobro; ou ao triplo, em caso excepcional e se o acusado não estiver preso.
- (D) Se o Ministério Público não oferecer a denúncia dentro do prazo, ficará sujeito à pena pelo crime de prevaricação, sem prejuízo da responsabilidade administrativa.
- (E) Sempre que, no curso do processo, o Ministério Público necessitar de maiores esclarecimentos, de documentos complementares ou de novos elementos de convicção, poderá requisitá-los, obrigatoriamente através do juízo militar, de qualquer autoridade militar ou civil, em condições de os fornecer.

42. Com base no que regula e prescreve o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.002/69), acerca da delegação das atribuições de Polícia Judiciária Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o posto de oficial da ativa excluir, de modo absoluto, a existência de outro oficial da ativa, caberá ao corregedor da força militar a designação de oficial da reserva de posto mais elevado para a instauração do inquérito policial militar.
- (B) Poderão ser delegadas a militares da ativa, para fins especificados e por tempo ilimitado.
- (C) Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e disciplina, poderão ser delegadas somente a oficiais da ativa.
- (D) Se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.
- (E) Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

43. Vaticina o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.002/69) que o Inquérito Policial Militar é iniciado mediante portaria:

- (A) Por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica ou radiotelefônica e confirmada, posteriormente, por ofício.
- (B) Por decisão do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 25 do CPPM.
- (C) A requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja repressão caiba à Força Militar.
- (D) De ofício, pela autoridade policial civil em cujo âmbito de responsabilidade haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia militar do infrator.
- (E) Em virtude de requisição do Poder Judiciário.

Conhecimento de Legislação: Noções de Direito Administrativo

44. No Estado de Roraima, foi criada por lei uma autarquia pública para exercer a atividade de regulação de serviços públicos, o que implicou em expansão da Administração Pública Estadual. Acerca do exemplo em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o Estado de Roraima, ao invés da criação da nova autarquia, tivesse optado pela criação de uma secretaria especializada na regulação de serviços públicos, haveria desconcentração administrativa mediante repartição interna de competências.
- (B) A criação de uma autarquia pública não implica necessariamente o surgimento de nova pessoa jurídica na Administração Pública, mas configura descentralização por delegação.
- (C) O Estado de Roraima, ao desconcentrar a atividade regulatória para a nova autarquia pública, descentralizou todo o serviço público para esta última, retirando a representatividade de permissionários e concessionários de serviço público.
- (D) A nova autarquia pública exerce atividade administrativa centralizada com vistas a regular os serviços públicos que foram objeto de desconcentração pelo Estado de Roraima.
- (E) A transferência de atribuições da Administração Direta para uma autarquia pública configura desconcentração administrativa, pois há sub-rogação de competências, deveres e direitos.

45. No Brasil, a responsabilidade civil do Estado está prevista, como regra, na forma objetiva (art. 37, §6º, da CF), porém lhe é assegurado o direito de regresso, em determinados casos, contra o responsável pelos danos praticados a terceiros. Nesse contexto, se o Governador do Estado utilizar ilegalmente o poder administrativo disciplinar contra um sargento da Polícia Militar, é correto concluir que:

- (A) O Governador do Estado tem imunidade administrativa, ou seja, não será responsabilizado por atos de mera gestão, no que se inclui a aplicação do poder disciplinar.
- (B) Se o sargento da Polícia Militar resolver buscar a responsabilização objetiva estatal, não terá direito de optar entre ajuizar ação contra o Estado ou em face Governador do Estado.
- (C) Em eventual ação indenizatória, caberá ao sargento da Polícia Militar provar que o Governador do Estado agiu ilegal e dolosamente.
- (D) O sargento da Polícia Militar poderá ajuizar ação indenizatória para questionar o ato ilegal, desde que a proponha contra o Governador e contra o próprio Estado.
- (E) É do sargento da Polícia Militar o ônus de provar, em qualquer ação judicial, que o Governador do Estado agiu ilegalmente, seja com dolo, seja com culpa.

46. Sabe-se que o tombamento é uma intervenção estatal que restringe o exercício do direito de propriedade em prol da consecução do interesse público, limitando o interesse privado. Quanto ao tombamento provisório, pode-se afirmar que:

- (A) Assim como na desapropriação provisória, o tombamento provisório restringe e altera a titularidade do bem imóvel sob condição resolutiva.
- (B) Enquanto vigente o tombamento provisório, o proprietário de bem tombado pode aliená-lo livremente.
- (C) No tombamento provisório, a alienação onerosa do bem tombado pode ocorrer livremente, desde que o adquirente assuma formalmente as obrigações decorrentes do tombamento perante o Poder Público.
- (D) O tombamento provisório não possui caráter meramente informativo, e sim restritivo, pois impede que o bem seja descaracterizado durante o processo administrativo de tombamento.
- (E) A diferença entre tombamento provisório e definitivo não é conceitual, é operacional, já que ambos são formas de servidão administrativa em favor da sociedade, mediante a instituição de direito real público sobre coisa alheia.

47. Há vários critérios doutrinários utilizados na classificação dos atos administrativos, como quanto aos destinatários, aos efeitos jurídicos e às prerrogativas da Administração. Nesse sentido, atos administrativos que decorrem do poder hierárquico e visam disciplinar a atuação interna da Administração e de seus agentes são considerados como:

- (A) Atos enunciativos.
- (B) Contratos administrativos.
- (C) Atos complexos.
- (D) Atos punitivos.
- (E) Atos ordinatórios.

Conhecimento de Legislação: Noções de Direito Constitucional

48. O sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) é um mecanismo fundamental da democracia em que os poderes do Estado controlam e limitam uns aos outros. Idealizado para evitar absolutismos e a concentração de poder, garante que Executivo, Legislativo e Judiciário atuem de forma independente, mas harmônica. Vários critérios existem para classificar as modalidades de controle. Quanto ao momento, podemos chamar corretamente de controle posterior apenas o que:

- (A) Tem por objetivo rever os atos já praticados, para corrigi-los, desfazê-los ou apenas confirmá-los.
- (B) Se apresenta de forma preventiva, porque visa impedir que seja praticado ato ilegal ou contrário ao interesse público.
- (C) Varia conforme o aspecto da atividade administrativa a ser controlada.
- (D) Decorre apenas de órgão integrante da própria estrutura em que se insere o órgão controlado.
- (E) Acompanha a atuação administrativa no momento mesmo em que ela se verifica.

49. Constitucionalmente, o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos, dentre outros:

- (A) Os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- (B) Seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- (C) Os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.
- (D) O presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

50. Para que a norma constitucional seja interpretada como um pedaço da realidade social (sendo reconhecida como algo a mais do que o texto normativo, a interpretação deve verificar o texto da norma, bem como sua concretização na realidade; parte da dissociação entre texto e norma, cabendo ao intérprete identificar o conteúdo da norma, percebendo o texto, porém somente como um dos subsídios para tanto; metaforicamente, o texto de uma norma deve ser visto apenas como a “ponta do iceberg”. A isso chamamos corretamente de:

- (A) Método jurídico-comparativo.
- (B) Método tópico-problemático.
- (C) Método hermenêutico concretizador.
- (D) Método normativo-estruturante.
- (E) Método científico-espiritual.

51. Define a Constituição Federal que são brasileiros naturalizados os apresentados corretamente em:

- (A) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, excluindo-se os originários de países de língua portuguesa, que deverão apenas comprovar residência mínima de dois anos, dentre outros.
- (B) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira, dentre outros.
- (C) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, dentre outros.
- (D) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, dentre outros.
- (E) Os portugueses com residência permanente no País, independente da reciprocidade em favor de brasileiros, dentre outros.

Conhecimento de Legislação: Legislação Institucional

52. A Lei nº 14.751/2023 estabeleceu normas gerais para organização, funcionamento, garantias, prerrogativas e regime jurídico aplicáveis às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Durante atividade de capacitação institucional, discutiu-se a natureza jurídica das corporações militares estaduais e os fundamentos estruturantes previstos na legislação nacional aplicável às instituições militares estaduais. À luz da Lei nº 14.751/2023 e da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares integram a administração pública indireta e possuem personalidade jurídica própria e autonomia política.
- (B) As Polícias Militares possuem natureza de instituições civis auxiliares da Justiça Militar estadual, desvinculadas da estrutura de segurança pública.
- (C) A hierarquia constitui princípio aplicável apenas em tempo de guerra, não integrando a estrutura organizacional permanente das corporações militares estaduais.
- (D) As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares são instituições militares permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.
- (E) Os Corpos de Bombeiros Militares exercem exclusivamente atividades administrativas internas relacionadas à defesa civil estadual.

53. No âmbito de procedimento disciplinar instaurado para apuração de transgressão funcional supostamente praticada por militar estadual, foi debatida a abrangência dos princípios da hierarquia e da disciplina previstos no Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima, bem como os reflexos desses valores institucionais sobre a conduta profissional dos integrantes das corporações militares estaduais. À luz da Lei nº 963/2014 — Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima, assinale a alternativa correta.

- (A) A hierarquia militar autoriza a aplicação imediata de sanção disciplinar pelo superior, independentemente de apuração e do exercício do contraditório e da ampla defesa.
- (B) A hierarquia e a disciplina são bases institucionais das corporações militares estaduais e elementos essenciais ao funcionamento regular da atividade militar.
- (C) A disciplina militar restringe-se exclusivamente às atividades operacionais desempenhadas em serviço externo ostensivo.
- (D) O vínculo hierárquico limita-se às relações administrativas internas, não alcançando deveres éticos e comportamentais do militar estadual.
- (E) O Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima veda a aplicação de medidas disciplinares decorrentes de condutas, institucionais ou não, praticadas fora do ambiente de serviço.

54. A Lei Complementar nº 305/2022 disciplinou o Sistema de Proteção Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Roraima, estabelecendo normas relacionadas à inatividade, pensão militar e demais mecanismos de proteção social aplicáveis aos militares estaduais e seus dependentes. Durante estudo institucional acerca do regime jurídico militar, debateu-se a natureza normativa do sistema de proteção social aplicável às corporações militares estaduais. Nos termos da Lei Complementar nº 305/2022, marque a alternativa correta.

- (A) O custeio do Sistema de Proteção Social é realizado exclusivamente pelos militares em atividade, sem contribuição do Estado, dos inativos ou dos pensionistas.
- (B) O Sistema de Proteção Social dos militares estaduais submete-se integralmente às regras do Regime Geral de Previdência Social aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.
- (C) O Sistema de Proteção Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares é regido por disciplina própria aplicável aos militares estaduais e seus pensionistas.
- (D) A proteção social dos militares estaduais depende exclusivamente de regulamentação administrativa expedida pelo Poder Executivo, independentemente de previsão legal complementar.
- (E) O ingresso no Sistema de Proteção Social dos militares estaduais possui natureza facultativa para os integrantes das corporações militares.

55. O Decreto Governamental nº 31.749-E, de 18 de março de 2022, instituiu o Programa Polícia na Rua no âmbito do Estado de Roraima, estabelecendo diretrizes relacionadas à atuação integrada dos órgãos de segurança pública estaduais e à delimitação territorial das respectivas áreas de atuação operacional. Durante reunião estratégica entre representantes das forças estaduais de segurança pública, discutiu-se o alcance normativo do referido decreto governamental. À luz do Decreto Governamental nº 31.749-E/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) O Programa Polícia na Rua envolve os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado de Roraima e estabelece áreas de responsabilidade territorial das unidades da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.
- (B) O Programa Polícia na Rua aplica-se exclusivamente às unidades operacionais da Polícia Militar do Estado de Roraima, vedada atuação integrada com outros órgãos de segurança pública.
- (C) O Decreto Governamental nº 31.749-E/2022 disciplina atividades administrativas internas relacionadas à gestão de pessoal das corporações militares estaduais, tendo aplicação supletiva à Lei Orgânica.
- (D) O Programa Polícia na Rua exclui a participação do Corpo de Bombeiros Militar nas ações integradas relacionadas ao sistema estadual de segurança pública, diante da legislação especial que rege a matéria, tratando do tema.
- (E) O decreto transfere à Polícia Civil a direção operacional da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar nas áreas de responsabilidade territorial definidas pelo programa.

Noções de conhecimento sobre Geopolítica e Geoeconomia

56. O *AI Act* da União Europeia é apontado como o primeiro marco regulatório abrangente de inteligência artificial do mundo e adota uma abordagem baseada em risco. Sobre esse modelo e sua repercussão no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O PL 2338/2023 foi sancionado como lei federal antes do *AI Act*, tendo inspirado o texto europeu.
- (B) O *AI Act* organiza os sistemas de IA em duas categorias de risco, alto e baixo, vedando os classificados como de alto risco.
- (C) O PL 2338/2023 afastou-se da lógica de classificação por risco da UE e optou por uma regulação de natureza estritamente setorial.
- (D) Sistemas de risco inaceitável, como a pontuação social por governos e a manipulação subliminar, são proibidos pelo *AI Act* europeu.
- (E) O *AI Act* passou a vigorar de forma integral desde sua publicação, com aplicação imediata em âmbito europeu.

57. O conceito de cidade inteligente relaciona o uso de tecnologias digitais à gestão urbana, com vistas à eficiência dos serviços públicos, à mobilidade sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população. Esse modelo abrange desde soluções de transporte coletivo e mobilidade elétrica até a coleta e o tratamento de grandes volumes de dados urbanos, o que suscita debates sobre planejamento territorial, sustentabilidade e governança da informação. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Planejamento urbano sustentável e transporte coletivo eficiente tendem a ser objetivos conflitantes, dificilmente conciliáveis em uma mesma política.
- (B) A Internet das Coisas (IoT) refere-se à conexão de objetos e sensores em rede, com aplicações na gestão de trânsito, iluminação e resíduos urbanos.
- (C) O conceito de cidade inteligente fundamenta-se na gestão pública tradicional, com emprego de dados e de tecnologias digitais.
- (D) A mobilidade elétrica tende a elevar as emissões locais de poluentes atmosféricos em relação aos veículos a combustão.
- (E) A governança de dados ocupa papel acessório nas cidades inteligentes, uma vez que a coleta de informações teria reduzido impacto sobre a privacidade.

58. A transição energética ampliou a demanda por minerais críticos e reorganizou cadeias produtivas estratégicas em escala global. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) O Brasil tem participação pouco expressiva em reservas de nióbio e de outros minerais ligados à transição energética.
- (B) O lítio é relevante para eletrônicos portáteis mesmo tendo baixa importância para o armazenamento estacionário de energia.
- (C) O hidrogênio verde é produzido por eletrólise da água com energia renovável, sem emissão direta de CO₂ no processo.
- (D) A produção mundial de cobalto distribui-se de forma equilibrada entre diversos países, apresentando alta concentração geográfica.
- (E) A China desempenha papel secundário no refino e no processamento de terras raras.

59. A dinâmica dos fluxos ilícitos na América do Sul está associada a diferentes características geográficas e urbanas das zonas de fronteira. Algumas localidades apresentam particular relevância estratégica para organizações criminosas devido à existência de fronteiras secas, elevada circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias, além da continuidade física entre centros urbanos pertencentes a países distintos. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que corresponde a uma região frequentemente mencionada por apresentar área urbana praticamente integrada a uma cidade estrangeira, constituindo importante corredor para atividades de contrabando, descaminho e tráfico internacional.

- (A) Região de São Borja (RS), na fronteira com a Argentina.
- (B) Região de Oiapoque (AP), na fronteira com a Guiana Francesa.
- (C) Região de Brasiléia (AC), na fronteira com a Bolívia.
- (D) Região de Uruguaiana (RS), na fronteira com a Argentina.
- (E) Região de Ponta Porã (MS), na fronteira com o Paraguai.

60. Nas últimas décadas, estudos sobre criminalidade organizada têm demonstrado mudanças significativas na estrutura de atuação de grupos ilícitos, especialmente em regiões de fronteira e áreas de baixa presença estatal. Em vez da especialização em uma única atividade econômica ilegal, algumas organizações passaram a explorar simultaneamente diferentes mercados clandestinos, aproveitando as mesmas redes de transporte, financiamento e proteção. Esse fenômeno é denominado:

- (A) Convergência criminal.
- (B) Unidade criminosa.
- (C) Interdição seletiva.
- (D) Captura institucional.
- (E) Dissuasão estratégica.

Noções de conhecimento sobre Tecnologia da Informação e Comunicações

61. Em uma instituição pública, os computadores de uma equipe administrativa foram atualizados do Windows 10 para o Windows 11. Durante o processo, a área de tecnologia definiu políticas para reduzir alterações indevidas em configurações do sistema, preservar a integridade dos arquivos corporativos e permitir que determinados programas fossem executados apenas por usuários autorizados. A correta administração dessas permissões depende dos mecanismos nativos de controle de acesso disponibilizados pelo sistema operacional.

Considerando os recursos de gerenciamento de usuários e permissões existentes no Windows 10 e no Windows 11, marque a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao controle de acesso em arquivos e recursos do sistema.

- (A) As permissões disponíveis restringem-se à visualização de conteúdo, sem contemplar gravação, alteração ou exclusão de dados.
- (B) As permissões atribuídas aos arquivos permanecem desvinculadas das contas locais e independem dos grupos definidos no computador.
- (C) As permissões podem ser concedidas a usuários e grupos, permitindo controlar diferentes níveis de acesso aos recursos.
- (D) As permissões de acesso aplicam-se exclusivamente às pastas do sistema e não podem ser utilizadas em arquivos individuais.
- (E) As permissões definidas para um recurso permanecem inalteráveis durante toda a existência da instalação do sistema operacional.

62. Um servidor público elaborou, no LibreOffice Calc, uma planilha para acompanhamento da execução orçamentária de diversos projetos institucionais. Para facilitar a análise gerencial, tornou-se necessário exibir apenas os registros pertencentes a uma determinada unidade administrativa, mantendo temporariamente ocultas as demais linhas sem alterar a estrutura dos dados, sem excluir informações e sem modificar o conteúdo das células armazenadas na planilha.

Considerando os recursos nativos do LibreOffice Calc, assinale a alternativa que identifica corretamente a funcionalidade mais adequada para essa finalidade.

- (A) Auditoria de fórmulas.
- (B) Consolidação de dados.
- (C) Validação de dados.
- (D) Proteção de planilha.
- (E) Autofiltro.

63. Durante uma auditoria interna em um órgão público, a equipe de segurança identificou um aumento incomum no tráfego de rede entre estações de trabalho que não compartilhavam arquivos entre si. A análise revelou que um código malicioso estava explorando automaticamente uma vulnerabilidade de um serviço de rede ativo, propagando-se sem intervenção dos usuários e sem depender do envio de arquivos por correio eletrônico ou dispositivos removíveis. O incidente provocou degradação significativa do desempenho da infraestrutura, embora não houvesse evidências iniciais de alteração de documentos.

Com base nos conceitos de segurança da informação relacionados a códigos maliciosos, assinale a alternativa que caracteriza corretamente o mecanismo de propagação descrito.

- (A) Componente residente que realiza cópias periódicas mediante compartilhamento manual de arquivos entre computadores.
- (B) Programa parasitário que necessita anexar-se a arquivos executáveis para replicar-se entre equipamentos distintos.
- (C) Aplicação legítima modificada que exige instalação manual em cada equipamento para ampliar sua disseminação operacional.
- (D) Código autônomo que se propaga explorando vulnerabilidades de rede, sem depender da ação direta do usuário.
- (E) Ferramenta de monitoramento remoto que registra atividades locais exclusivamente após autorização explícita do usuário.

64. Uma autarquia estadual implantou um portal interno para centralizar normas, formulários, fluxos de trabalho, indicadores de desempenho e sistemas corporativos utilizados exclusivamente pelos servidores da instituição. O ambiente é acessado por meio da infraestrutura de rede da organização, utilizando mecanismos de autenticação e controle de permissões definidos pela equipe de tecnologia. Embora empregue protocolos amplamente utilizados na Internet, o acesso ao conteúdo é restrito ao público interno autorizado.

Considerando os conceitos de Internet e intranet, assinale a alternativa que caracteriza corretamente o ambiente descrito.

- (A) Rede privada organizacional que utiliza tecnologias da Internet para disponibilizar recursos restritos aos usuários autorizados.
- (B) Rede pública global baseada em acesso irrestrito, destinada ao compartilhamento universal de informações entre organizações distintas.
- (C) Estrutura de comunicação externa destinada à integração automática entre redes de diferentes instituições governamentais independentes.
- (D) Ambiente de colaboração distribuída utilizado para disponibilização pública de serviços digitais a qualquer cidadão conectado.
- (E) Plataforma de comunicação aberta destinada à publicação permanente de conteúdos acessíveis sem autenticação prévia dos usuários.

65. Uma equipe administrativa de um órgão público passou a utilizar serviços de correio eletrônico para comunicação com fornecedores, unidades internas e cidadãos. Em determinada situação, um servidor precisava encaminhar uma mesma mensagem para diversos destinatários externos sem expor os respectivos endereços de e-mail aos demais participantes da comunicação, preservando a privacidade das informações de contato e reduzindo a divulgação indevida de dados pessoais.

Tendo em vista os conceitos e modos de utilização de aplicativos de correio eletrônico, marque a alternativa que identifica corretamente o recurso mais apropriado para atender à necessidade apresentada.

- (A) Utilização do campo Prioridade para restringir a visualização dos endereços conforme o nível de urgência definido.
- (B) Utilização do campo Cco para incluir destinatários cujos endereços não serão exibidos aos demais receptores da mensagem.
- (C) Utilização do campo Assunto para registrar destinatários adicionais sem apresentar seus endereços aos demais participantes.
- (D) Utilização do campo Responder para encaminhar cópias ocultas mantendo os endereços visíveis apenas ao remetente original.
- (E) Utilização do campo Encaminhar para substituir automaticamente os destinatários principais por destinatários ocultos equivalentes.

66. Um setor administrativo passou a utilizar tablets corporativos para consulta a sistemas institucionais durante atividades externas. Para reduzir riscos de acesso indevido em caso de perda ou extravio dos equipamentos, a área de tecnologia definiu um conjunto de medidas de proteção que deveria dificultar o acesso aos dados armazenados localmente e, ao mesmo tempo, preservar a usabilidade dos dispositivos pelos servidores autorizados.

Com base nas boas práticas relacionadas à utilização de dispositivos móveis, assinale a alternativa que apresenta uma medida de proteção adequadamente alinhada a esse objetivo.

- (A) Configuração de acesso irrestrito aos aplicativos corporativos independentemente do estado de bloqueio do equipamento.
- (B) Desabilitação dos mecanismos de bloqueio para reduzir o tempo necessário à autenticação dos usuários durante o expediente.
- (C) Compartilhamento das credenciais entre integrantes da equipe para assegurar continuidade operacional em situações emergenciais.
- (D) Utilização de autenticação por senha, biometria ou mecanismo equivalente associada ao bloqueio automático do dispositivo.
- (E) Armazenamento permanente das credenciais em arquivos acessíveis para simplificar procedimentos de recuperação de acesso.

67. Uma unidade administrativa elaborou uma apresentação institucional utilizando o LibreOffice Impress para exposição de indicadores estratégicos durante uma reunião de prestação de contas. O responsável pela apresentação precisava garantir que determinados elementos gráficos, como logotipos, diagramas e quadros informativos, permanecessem exatamente na mesma posição em vários slides, evitando reposicionamentos manuais e assegurando padronização visual ao longo de todo o material.

Considerando os recursos disponíveis no LibreOffice Impress, assinale a alternativa que identifica corretamente a funcionalidade mais adequada para essa finalidade.

- (A) Slide mestre.
- (B) Classificador de slides.
- (C) Painel de animações.
- (D) Ferramenta de transição.
- (E) Modo de anotações.

68. Durante a modernização dos processos administrativos de uma instituição pública, diversos documentos passaram a ser armazenados em um repositório digital compartilhado. Além disso, a equipe de tecnologia adotou procedimentos que permitissem identificar versões distintas de um mesmo documento.

Considerando os conceitos relacionados às ferramentas e procedimentos de informática aplicados ao gerenciamento de documentos digitais, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma funcionalidade associada ao controle de versões.

- (A) Compactação dos arquivos armazenados, reduzindo o espaço utilizado sem preservar informações sobre modificações realizadas.
- (B) Manutenção de registros históricos das alterações realizadas, permitindo identificar modificações e recuperar versões anteriores.
- (C) Substituição automática dos documentos antigos, eliminando permanentemente os registros de alterações previamente armazenados.
- (D) Conversão periódica dos arquivos em formatos distintos, impedindo a coexistência de diferentes estados documentais registrados.
- (E) Replicação contínua dos documentos em dispositivos externos, independentemente do histórico de alterações efetuadas.

69. Em uma repartição pública, um servidor precisava localizar rapidamente um conjunto de documentos armazenados em diferentes diretórios de um computador com Windows 11. Alguns arquivos possuíam nomes semelhantes, enquanto outros continham palavras específicas apenas em seu conteúdo. Para aumentar a eficiência da localização dessas informações, o sistema operacional utilizava mecanismos que organizavam previamente metadados dos arquivos, permitindo consultas mais rápidas do que uma varredura completa em todas as pastas a cada pesquisa realizada.

Considerando os recursos nativos de pesquisa existentes no Windows 10 e no Windows 11, assinale a alternativa que descreve corretamente a finalidade desse mecanismo.

- (A) Transferir os arquivos pesquisados para áreas temporárias de memória visando ampliar a velocidade de acesso aos conteúdos.
- (B) Executar automaticamente cópias de segurança dos arquivos mais acessados durante as operações de pesquisa realizadas pelo usuário.
- (C) Criar e manter índices de informações dos arquivos para acelerar a localização de conteúdos e documentos armazenados.
- (D) Substituir os sistemas de arquivos utilizados pelo computador por estruturas otimizadas exclusivamente para consultas textuais.
- (E) Compactar permanentemente os documentos localizados com maior frequência para reduzir o tempo necessário às buscas futuras.

70. Um servidor de uma instituição pública acessou um portal governamental por meio de um navegador web e observou a presença de um ícone de cadeado na barra de endereços. Tendo em vista os conceitos relacionados à navegação na Internet, assinale a alternativa que descreve corretamente a função do protocolo HTTPS nesse contexto.

- (A) Restringir o acesso aos sítios eletrônicos apenas a equipamentos previamente cadastrados pelo provedor de hospedagem.
- (B) Permitir o armazenamento permanente das páginas acessadas em servidores intermediários para acelerar futuras consultas.
- (C) Realizar a compressão automática do conteúdo transmitido para reduzir o consumo de banda nas conexões remotas.
- (D) Garantir a sincronização dos favoritos do navegador entre diferentes dispositivos conectados à mesma conta de usuário.
- (E) Proteger a comunicação entre cliente e servidor por meio de criptografia, integridade e autenticação da conexão.

Raciocínio Lógico

71. Em uma pesquisa com 100 investidores, descobriu-se que 60 investem em Ações, 45 investem em Renda Fixa e 20 investem em ambos os ativos. O total de investidores que participaram dessa pesquisa que não aplicam seu capital em nenhuma dessas duas modalidades é igual a:

- (A) 15.
- (B) 20.
- (C) 10.
- (D) 25.
- (E) 18.

72. Um investidor aplicou um capital e obteve um rendimento de 15% no primeiro mês. No segundo mês, houve uma perda de 15% sobre o montante acumulado do mês anterior. Em relação ao capital inicial, o investidor:

- (A) Teve um lucro de 2,5%.
- (B) Teve um lucro de 1,5%.
- (C) Teve um prejuízo de 1,5%.
- (D) Teve um prejuízo de 2,5%.
- (E) Ficou com o mesmo valor original.

RASCUNHO

RASCUNHO

73. Dadas as proposições p : “O contrato foi assinado” e q : “O pagamento foi efetuado”. A representação em linguagem simbólica da frase: “Se o contrato não foi assinado, então o pagamento não foi efetuado” é dada por:

- (A) $\neg p \leftrightarrow \neg q$
- (B) $p \rightarrow \neg q$
- (C) $\neg p \rightarrow \neg q$
- (D) $\neg q \rightarrow p$
- (E) $\neg p \rightarrow q$

74. Uma proposição composta é definida pela estrutura $(p \wedge q \rightarrow (r \leftrightarrow (s \vee t)))$. O total de linhas que terá a tabela-verdade necessária para analisar todas as combinações possíveis dessa sentença é igual a:

- (A) 24.
- (B) 32.
- (C) 64.
- (D) 16.
- (E) 12.

75. Analise as fórmulas abaixo e identifique qual delas representa uma Tautologia.

- (A) $(p \vee \neg p) \rightarrow (p \wedge \neg p)$
- (B) $p \rightarrow (p \wedge q)$
- (C) $\neg(p \wedge q) \leftrightarrow (\neg p \wedge \neg q)$
- (D) $(p \vee q) \rightarrow p$
- (E) $(p \wedge q) \rightarrow p$

76. Considere o conjunto universo $U = \{x \in \mathbb{N} \mid 1 \leq x \leq 60\}$ e os seguintes conjuntos definidos por suas leis de construção:

$$A = \{x \in U \mid x \text{ é múltiplo de } 2\}$$

$$B = \{x \in U \mid x \text{ é múltiplo de } 3\}$$

$$C = \{x \in U \mid x \text{ é múltiplo de } 5\}$$

O número de elementos do conjunto $(A \cap B) - C$ é igual a:

- (A) 12.
- (B) 8.
- (C) 6.
- (D) 9.
- (E) 10.

RASCUNHO

77. O preço de um equipamento eletrônico sofreu dois aumentos sucessivos de 15% e 20%, respectivamente. Um único aumento percentual equivalente a esses dois reajustes é igual a:

- (A) 38%.
- (B) 42%.
- (C) 27%.
- (D) 32%.
- (E) 36%.

78. Um protocolo de segurança cibernética estabelece a seguinte norma para acesso remoto: “Se o colaborador possuir credenciais válidas e a conexão for realizada via rede privada virtual, então o acesso será autorizado, exceto se o dispositivo de origem for identificado como não confiável”. O número de proposições simples que compõem essa norma de segurança é igual a:

- (A) 6.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 5.

79. Uma gerente de projetos possui um salário bruto de R\$ 8.000,00. O cálculo de sua folha de pagamento segue um modelo de descontos sucessivos: primeiro, é retida a contribuição previdenciária de 14% sobre o valor bruto. Em seguida, o imposto de renda, com alíquota de 20%, é calculado não sobre o bruto, mas sobre o valor que resta após a dedução da previdência. Com base nessa metodologia de cálculo, o salário líquido final da gerente é de:

- (A) R\$ 5.980,00.
- (B) R\$ 5.375,00.
- (C) R\$ 5.504,00.
- (D) R\$ 5.672,00.
- (E) R\$ 5.716,00.

80. Considere a proposição composta:

$$P: (p \vee \neg p) \leftrightarrow (q \rightarrow q)$$

Analisando a tabela-verdade dessa proposição, podemos afirmar que ela é uma:

- (A) Uma proposição que apresenta o valor lógico falso em todas as linhas onde os valores de p e q são distintos.
- (B) Contingência, pois depende dos valores de p e q .
- (C) Equivalência lógica da disjunção exclusiva.
- (D) Contradição, pois é sempre falsa.
- (E) Tautologia, pois é sempre verdadeira.